



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Proc. nº 0814527-65.2016.8.20.5001

REQUERENTE: SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA

DECISÃO

Em análise, pleito presente em ID 6170171.

A requerente SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, em processo de recuperação judicial, requer a dispensa de apresentação das certidões negativas de débitos fiscais, tributários, certidões positivas com efeitos de negativas, certidão negativa de débito trabalhista e SICAF, para fins de participação em certame licitatórios, contratação e recebimento de valores com a administração pública.

Sustenta a requerente, que a principal fonte de receita operacional são os

contratos firmados com entes da Administração Pública, de maneira que é notória a necessidade de dispensa de certidões para recebimento, contratação e renovação com o poder público, em face da consecução dos objetivos da Lei 11.101/05.

Apresenta relação de contratos e argumenta que a não concessão do direito de renovar os contratos e participar de novos certames licitatórios com a dispensa de certidões negativas, de fato, inviabilizará todo o processo de recuperação judicial em curso.

Com vistas dos autos, o Representante do Ministério Público opinou favoravelmente ao pedido (ID 6491335).

Foram acostados novos petítórios, em especial, pedidos de habilitação de crédito.

Em atenção ao despacho presente em ID 6660057, o administrador judicial procedeu com a juntada dos comprovantes para cumprimento do previsto no art. 22, inciso I “a” da Lei nº 11.101/05.

Vieram-me os autos conclusos.

É o sucinto relatório. Decido.

A Recuperação Judicial é um instituto cujo objetivo primevo é a preservação da empresa, levando em conta a sua função social, devendo porém, o Estado fornecer condições e instrumentos para a recuperação da empresa, mantendo-se sempre que possível a sua estrutura organizacional.

Apesar do art.52, II da Lei nº 11.101/05 prever a dispensa de apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça as suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, constata-se que tal exigência não pode prejudicar a recuperação da empresa, quando não existe lei específica que permita um parcelamento das dívidas fiscais, conforme estabelece o art.68 da citada legislação.

A esse respeito, para continuidade da cadeia produtiva, há de ser necessário que sejam viabilizados meios para que a empresa possa firmar novos contratos, seja com o particular ou

Poder Público.

Se a apresentação de certidão negativa de débito fiscal perante o próprio Poder Público é óbice à contratação de novos negócios, no contexto de dificuldade que ora passa a empresa em processo de recuperação e, se não foi dada a esta a oportunidade de viabilizar o parcelamento dos débitos em caráter especial, com a regulamentação do art.68 da Lei nº 11.101/05, notório que aquela exceção prevista no art.52 da LFR acaba obstaculizando a recuperação, não se coadunando com o espírito da lei.

Portanto, no deslinde da questão, deve prevalecer o princípio da função social da empresa.

Isto posto, **DEFIRO**, o pedido alinhado em ID 6170171, oficiando-se aos órgãos públicos competentes a fim de informá-los de que a empresa requerente está dispensada da apresentação de certidões negativas de débitos tributários, certidões positivas com efeitos de negativas e certidão negativa de débitos trabalhistas, inclusive fiscais, para fins de participação em certames licitatórios, contratação e/ou recebimento de valores com o Poder Público.

Noutro vértice, considerando a apresentação do plano de recuperação judicial, intime-se o administrador judicial para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca dos pedidos de habilitação e divergência de crédito presentes nos IDs: 1) 6460441, 2) 6632492, 3) 6637877, 4) 6665909, 5) 6857158 e 6) 6982775 e divergência de endereço em ID 6632490.

Cumpra a Secretaria integralmente o despacho presente em ID 6660057, no tocante ao andamento do agravo de instrumento interposto.

Após, voltem os autos conclusos para os fins dos arts. 55 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

P.I.

Natal, 09 de agosto de 2016.

DIVONE MARIA PINHEIRO

Juíza de Direito em Substituição Legal

(documento assinado digitalmente nos termos da legislação vigente)



Assinado eletronicamente por: **DIVONE MARIA PINHEIRO**
<https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **7150110**



16081014545382100000006780362